



A governança da SAN na CPLP: participação social e promoção do direito humano à alimentação e nutrição adequadas no CONSAN-CPLP

Joana Dias¹

As conquistas: trabalho em rede e diálogo

Lançada formalmente em 2007 (Fortaleza - Brasil), a Rede da Sociedade Civil para a Segurança Alimentar e Nutricional na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (REDSAN-CPLP) tem vindo a trilhar uma trajetória notável enquanto espaço de articulação em rede das organizações da sociedade civil que atuam nas áreas de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), direito à alimentação e soberania alimentar. Composta atualmente por cerca de 500 organizações da sociedade civil, com presença em 8 dos 9 países da CPLP, a REDSAN-CPLP é resultado de um processo coletivo de quase 15 anos de construção e consolidação de confiança, capacidades e mobilização, tendo contribuído para o desenvolvimento de estratégias nacionais de SAN na maioria dos países membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e para o reforço da transversalidade da SAN nas políticas setoriais nacionais.

Esses esforços para incorporar uma abordagem nacional multidimensional e intersetorial em SAN foram acompanhados pela reivindicação constante de estabelecer um sistema de governança multinível coerente e inclusivo para a SAN nos Estados-Membros da CPLP, conforme recomendado pelo Comitê Mundial de Segurança Alimentar (CSA) reformado em 2009.

Reconhecendo o papel de destaque da REDSAN-CPLP, o Secretário Executivo da CPLP convidou a Rede, em 2011, a facilitar a participação da sociedade civil na formulação da Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP (ESAN-CPLP), que viria a



ser aprovada pelos Chefes de Estado e de Governo da CPLP, em 2012, em Maputo - Moçambique.

A Estratégia aprovada inclui, portanto, recomendações centrais da sociedade civil, nomeadamente no que respeita: i) a incorporação de uma abordagem de direitos; ii) a participação social formal; iii) as linhas estratégicas de intervenção, priorizando a ampliação da disponibilidade de alimentos baseados na agricultura familiar.

O aspecto mais inovador da ESAN-CPLP é, efetivamente, o seu mecanismo de governança institucional - o Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP (CONSAN-CPLP), que visa a coordenação e convergência de políticas em questões de SAN entre os governos e outros atores e detentores de direitos, encaminhando as suas recomendações aos Chefes de Estado e de Governo da CPLP, a cada dois anos. Os membros são, portanto, representantes do Governo, Sociedade Civil, Universidades, Parlamentares, Poder local e Setor Privado.

Como sublinha Schuller (2016: 21), “um dos impactos positivos mais importantes foi que, através da ESAN-CPLP, a sociedade civil, e especialmente os grupos vulneráveis, passaram a ter uma voz muito mais forte nos níveis regional e internacional. Isso é demonstrado, por exemplo, pela forte participação da Sociedade Civil na criação do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSAN-CPLP) e por meio do seu mecanismo autônomo de facilitação da participação da Sociedade Civil no CONSAN-CPLP.”².

Precisamente com o objetivo de tornar mais efetiva a participação da sociedade civil no CONSAN-CPLP, foi implementado pela REDSAN-CPLP um mecanismo facilitador específico - o Mecanismo de Facilitação da Participação da Sociedade Civil no CONSAN-CPLP, o MSC-CONSAN, que envolve, além da REDSAN-CPLP também outras redes, como, por exemplo, a Plataforma de Camponeses da CPLP e a Rede das Margaridas da CPLP. Este Mecanismo mantém intercâmbios regulares, a nível global, com o Mecanismo da Sociedade Civil e Povos Indígenas para relações com o Comité das Nações Unidas sobre Segurança Alimentar Mundial (MSC-CSA).



Ao longo destes quase 15 anos de caminhada conjunta, a ACTUAR - Associação para a Cooperação e o Desenvolvimento tem vindo a assumir a Secretaria técnica e administrativa da REDSAN-CPLP e do MSC-CONSAN, tendo participado e acompanhado as conquistas e os desafios enfrentados.

O crescente número de organizações parceiras do MSC-CONSAN e o fortalecimento de sinergias com outras redes e organizações em todo o mundo, os intercâmbios de experiências e conhecimentos entre diferentes países sobre agricultura familiar, políticas públicas para a agroecologia, entre tantas, tantas outras; a construção e o fortalecimento de uma rede ativa da sociedade civil a nível regional e internacional, envolvendo os países da CPLP; a crescente capacidade de diálogo político, lobby e advocacia a nível nacional e ao nível da CPLP refletem essas conquistas. De fato, o trabalho em rede tem contribuído direta e expressivamente para a participação social efetiva nos espaços de discussão e decisão nacionais e na CPLP, a qual é fundamental para garantir os mecanismos democráticos de governança da SAN, aumentando, assim, o controle social popular sobre as políticas públicas da SAN.

Os retrocessos e desafios

Este controle social popular permanente sobre as políticas públicas de SAN é fundamental face aos dados de expansão da fome no mundo, que constam do relatório do Estado da Insegurança Alimentar lançado em julho de 2021: quase uma em cada três pessoas no mundo (2,37 bilhões) não tinha acesso à alimentação adequada em 2020 - um aumento de quase 320 milhões de pessoas em apenas um ano. Isto significa um aumento da prevalência global de insegurança alimentar moderada ou grave estimado em 2020 igual ao dos cinco anos anteriores combinados!



No caso dos países que fazem parte da CPLP, as tendências acompanham, em maior ou menor grau e com algumas exceções, o panorama global, como se apresenta na tabela abaixo:

	Prevalência de desnutrição (% da pop total)		Prevalência de insegurança alimentar severa (% da pop total)		Prevalência de Obesidade (% da pop com +18 anos)	
	2004-2006	2018-2020	2014-2016	2018-2020	2012	2016
Angola	52,2	17,3	21	26,9	6,8	8,2
Brasil	6,5	<2,5	1,9	3,5	20,1	22,1
Cabo Verde	11	15,4	n.a.	7,6	10,3	11,8
Guiné Bissau	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	7,9	9,5
Guiné Equatorial	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	6,8	8
Moçambique	33,3	31,2	40,7	40,5	6,1	7,2
Portugal	<2,5	<2,5	4,1	3,2	19	20,8
São Tomé e Príncipe	9	11,9	n.a.	n.a.	10,7	12,4
Timor Leste	32,2	22,6	n.a.	n.a.	2,9	3,8

Fonte: elaboração da autora, segundo dados disponibilizados no SOFI (2021).



Salienta-se o aumento da prevalência da insegurança alimentar severa no Brasil, por exemplo, que de 2014-2016 a 2018-2020 aumentou mais de 84%! Chamam a atenção igualmente os níveis de prevalência de obesidade que em apenas quatro anos aumentaram em todos (repetimos: todos, sem exceção) os países da CPLP.

A menos de uma década para 2030, o panorama global é preocupante e a trajetória não é animadora. Não obstante os avanços institucionais conquistados com a criação de conselhos nacionais de SAN na grande maioria dos países da CPLP³, tiveram alguns retrocessos significativos, os quais devem ser destacados, face aos seus impactos não só a nível nacional mas também ao nível da Comunidade como um todo. Tais retrocessos e preocupações estão patentes na nota de protesto conjunta do MSC-CONSAN e do Mecanismo das Universidades no CONSAN-CPLP, apresentada em julho de 2021 aos pontos focais de todos os Estados Membros no CONSAN-CPLP, a qual salienta as consequências da suspensão das conferências nacionais de SAN no Brasil, das alterações profundas no funcionamento do SISAN e da supressão dos trabalhos do CONSEA, criado em 1993, que têm vindo a conduzir a um retrocesso no cumprimento das diretrizes da ESAN-CPLP. Estes retrocessos das políticas públicas de enfrentamento das várias formas de expressão da insegurança alimentar e da fome são particularmente relevantes face ao cenário atual de severidade do aumento da fome no mundo, o qual foi ainda mais visibilizado com a pandemia Covid-19 que assolou o mundo.

As respostas: sistemas alimentares territoriais sustentáveis, a partir de uma abordagem de direitos

Acreditamos que a resposta para reverter o cenário preocupante de aumento da prevalência da insegurança alimentar a nível global atrás descrito passará, necessariamente, pela *expansão efetiva de uma abordagem dos sistemas alimentares territoriais sustentáveis, baseada nos direitos humanos*. Tal significa *participação*,



responsabilização, foco nos detentores de direitos, transparência, governança inclusiva e coordenação inter-setorial.

Conforme sublinhado anteriormente, o desenvolvimento de estratégias nacionais de SAN e ao nível da CPLP e a implementação de uma arquitetura institucional inovadora e coerente, ilustrada pelos conselhos multissetoriais e multi-atores de SAN, para implementar de forma mais eficaz tais estratégias são, em grande medida, o resultado de um processo longo de mobilização e persistência.

Os espaços democráticos e inclusivos de governança da SAN em São Tomé e Príncipe e Cabo Verde, por exemplo, deverão inspirar-nos para conjuntamente conquistarmos espaços efetivos de articulação e negociação multi-atores e multissetores, locais privilegiados para a formulação e o acompanhamento de políticas públicas para a promoção de sistemas alimentares territoriais sustentáveis na CPLP, que conferem centralidade aos detentores de direitos e muito particularmente às/aos agricultoras/es familiares e aos grupos em situação de maior vulnerabilidade.

O MSC-CONSAN reafirmou, aliás, na última reunião do CONSAN-CPLP (Luanda, Angola, julho de 2021), o reconhecimento e apoio à Agricultura Familiar e Camponesa, enquanto vetor central para a implementação da ESAN-CPLP, reforçando os compromissos celebrados na Carta de Lisboa, nas Diretrizes de Apoio e Promoção da Agricultura Familiar nos Estados membros da CPLP, na Declaração dos Direitos dos/as Camponeses/as e outras pessoas que vivem em Zonas Rurais e na Década das Nações Unidas para a Agricultura Familiar.

Através de uma comunicação fluida inestimável e do diálogo transparente entre os seus membros, o MSC-CONSAN tem-se mostrado uma ferramenta-chave na articulação e diálogo. Como destaca Iris Dias (2017), “redes ou grupo de trabalho nacionais de SAN [da CPLP] tornaram-se interlocutores reconhecidos pelos governos, envolvendo-se ativamente na construção dos Conselhos Nacionais de SAN. Uma das ideias fundamentais do CONSAN-CPLP é funcionar como elo entre os níveis nacional e global, por isso, a iniciativa regional da CPLP ganhou destaque no âmbito do CSA” (323-



324). De fato, este percurso coletivo exigente e desafiador ao nível da Comunidade, alimenta e sustenta-se, simultânea e permanentemente, nas conquistas nacionais - nomeadamente nas estratégias e conselhos nacionais de SAN entretanto aprovadas e constituídos.

E sonhos e reivindicações vão tomando forma ao nível da Comunidade, como é o caso do *Centro de Competências para a Agricultura Familiar Sustentável e Agroecologia na CPLP*, hospedado em São Tomé e Príncipe, que já ofereceu um primeiro curso de formação de formadores com participantes dos países da CPLP; a implementação da iniciativa *Sistemas Importantes Patrimônio Agrícola Mundial na CPLP (SIPAM-CPLP)*, com primeiros passos já dados em Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Portugal; a *Plataforma Alimenta CPLP!*, que reforça os intercâmbios de experiências e conhecimentos e as parcerias estratégicas na Comunidade; a iniciativa *Sistemas Alimentares Territoriais Sustentáveis na CPLP* que, a partir da aplicação em pilotos em Mézochi (São Tomé e Príncipe), Santo Antão (Cabo Verde) e Idanha a Nova (Portugal), reforça a centralidade da abordagem territorial para a implementação de sistemas alimentares sustentáveis nos vários territórios e países da Comunidade. Tais boas práticas e aprendizagens estão patentes nas recomendações relativas à Cimeira das Nações Unidas sobre Sistemas Alimentares, prevista para o segundo semestre de 2021, nas quais o MSC-CONSAN sublinha a imprescindibilidade da expansão efetiva de uma abordagem dos sistemas alimentares baseada nos direitos humanos e a consolidação dos espaços democráticos multi-atores já conquistados, como sejam os conselhos de SAN a nível nacional, da Comunidade (CONSAN-CPLP) e global (CSA).

São estes sonhos que queremos continuar a concretizar, valorizando e reforçando em todos os momentos, como é apanágio do MSC-CONSAN, as instituições públicas democráticas e o multilateralismo inclusivo, e consolidando conquistas e caminhadas que continuaremos a desenhar e co-construir.



Referências bibliográficas

ACTUAR (2012). *Mobilização Social para a Segurança Alimentar e Nutricional: a experiência de trabalho em redes multi-temáticas da REDSAN-PALOP*. Coimbra: ACTUAR/REDSAN-PALOP.

Dias, Iris de Mel Trindade (2017). *O Brasil como promotor do desenvolvimento e a cooperação em segurança alimentar e nutricional na CPLP: atores e dinâmicas da transferência de políticas*. Tese de Doutorado em Ciência Política e Relações Internacionais. Orientadores: Isabel Carvalhais e José Saraiva.

Dias, Joana (2021). *Guía sobre la facilitación en el MSC para las relaciones con el CSA*. Co-autoria com Josh Brem-Wilson, Anisah Madden e Elene Shatberashvili. Apoio: Coventry University, EU e Swiss Agency for Development and Cooperation.

Rodrigues, Kaio Tavares e Rodrigues, Vanessa Schottz (2018). “A cooperação Brasileira Sul-Sul em SAN: o caso do CONSAN-CPLP”. In *O Cosmopolítico* - ISSN 2318-9711 - v.5 n.2 dezembro 2018.

Sarmiento, Francisco e Pinto, João (2015). *Construção e implementação da Estratégia de SAN da CPLP: histórico, balanço e perspectivas*. Rio de Janeiro. Ceresan and Oxfam.

Schuller, Katharina (2016). *The Food and Nutrition Security Strategy of the Community of Portuguese Language Countries*. Dissertação de mestrado em Direitos Humanos. Orientadores: Olivier de Schutter e Matthias Sant’Ana. University of Namur, Saint-Louis University, Catholic University of Louvain.



POLÍTICAS DE ABASTECIMENTO E COMPRAS PÚBLICAS

*Dossiê Sistemas
Alimentares:*
FOME, CORPORAÇÕES
E ALTERNATIVAS

1 Coordenadora de programas da ACTUAR e co-facilitadora do MSC-CONSAN



POLÍTICAS DE ABASTECIMENTO E COMPRAS PÚBLICAS

*Dossiê Sistemas
Alimentares:*
FOME, CORPORAÇÕES
E ALTERNATIVAS

2 Tradução livre da autora.



3 Conselhos nacionais de SAN estão atualmente estabelecidos em Cabo Verde, Guiné-Bissau, Portugal, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste.